



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Comissão Permanente de Assuntos Sociais

**RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS SOBRE AS
PROPOSTAS DE ORIENTAÇÕES DE MÉDIO PRAZO PARA 2017-2020, PLANO REGIONAL
ANUAL E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2017**

MARÇO DE 2017

| | |
|---|---------------------------------|
| ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES | |
| ARQUIVO | |
| Entrada | 783 Proc. n.º 102/2/X |
| Data | 04.03.07 N.º 102/3/X 102/4/X |



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Permanente de Assuntos Sociais

CAPÍTULO I

Introdução

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais reuniu nos dias 21 e 22 de fevereiro de 2017, na Sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, a fim de proceder à apreciação e emissão de parecer sectorial sobre as Propostas de Orientações de Medio Prazo para 2017-2020, Plano Regional Anual e de Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2017, nas áreas da sua competência.

A apreciação sectorial dos referidos documentos, por parte da Comissão de Assuntos Sociais, é efetuada por despacho de Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e rege-se pelo disposto nos artigos 163º e 164º do Regimento da mesma Assembleia, em conjugação com o disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 30/2012/A, de 21 de dezembro.

As propostas de Orientações de Médio Prazo para 2017-2020, Plano Regional Anual e de Orçamento para a Região Autónoma dos Açores para 2017 deram entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no dia 15 de fevereiro de 2017. Por despacho da Sra. Presidente da Assembleia, a apreciação em sede das Comissões Permanentes foi agendada para os dias 20, 21 e 22 de fevereiro de 2017, devendo cada uma delas enviar, posteriormente, o respetivo parecer à Comissão Permanente de Economia.

CAPÍTULO II

Enquadramento Jurídico

As iniciativas do Governo Regional em apreciação fundamentam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88º da Lei nº 2/2009, de 12 de janeiro, que aprova o Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do nº 1 do artigo 227ª da Constituição da República Portuguesa, em conjugação com o disposto nas alíneas b) e c) do artigo 34º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Permanente de Assuntos Sociais

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos e programação de investimento público, e respetiva preparação, elaboração e aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional da Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio.

CAPÍTULO III

Processo de Análise

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais procedeu à apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Orientações de Médio Prazo para 2017-2020, Plano Regional Anual e de Orçamento para 2017, no âmbito das suas áreas de competência específica, elencadas na alínea iii) do artigo 1.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 30/2012/A, de 21 de dezembro, a saber: Educação; Cultura; Ciência e Tecnologia; Saúde; Solidariedade e Segurança Social; Juventude; e Desporto.

No âmbito da apreciação das referidas Propostas, a Comissão procedeu à audição dos seguintes membros do Governo Regional, em razão da matéria:

- Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares, no âmbito do Objetivo “Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades”, Programa 7 – “Juventude”.
- Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares em substituição da Secretária Regional da Solidariedade Social, no âmbito do Objetivo “Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades”, Programa 9 – “Solidariedade Social”.
- Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, no âmbito do Objetivo “Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego, Sustentados no Conhecimento, na Inovação e no Empreendedorismo”, Programa 5 – “Investigação, Desenvolvimento e Inovação”.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Permanente de Assuntos Sociais

- Secretário Regional da Educação e Cultura, no âmbito do Objetivo “Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades”, Programa 5 – “Educação, Cultura e Desporto”.
- Secretário Regional da Saúde, no âmbito do Objetivo “Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades”, Programa 8 – “Desenvolvimento do Sistema de Saúde”.

CAPÍTULO IV

Apreciação na Generalidade

Com o Plano para 2017 inicia-se um novo ciclo de planeamento, enquadrado nas Orientações de Médio Prazo 2017-2020. A programação anual contida neste documento insere-se na estratégia definida para o médio prazo, e estabelece em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do governo durante o corrente ano de 2017. Conforme a legislação aplicável, este Plano Anual compreende um primeiro capítulo onde se apresenta de forma sintética a situação económica e social da Região, em complemento com a informação e dados aduzidos no diagnóstico estratégico inserido nas Orientações de Médio Prazo 2017-2020, um segundo capítulo com as principais linhas de orientação estratégica das políticas sectoriais a prosseguir no período anual, a programação desdobrada por programa, projeto e ação, os valores da despesa de investimento associada, com indicação dos montantes por ilha, e ainda um texto sobre programas e com participação comunitária em vigor na Região, e prevê um investimento público global de € 774.631.823.

A análise da proposta do Plano Regional Anual e de Orçamento referente a 2017, efetuada pela Comissão Permanente de Assuntos Sociais, incidiu sobre dois dos quatro grandes objetivos, a saber: “Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades” (que representa 22,0% do valor global do investimento público) e “Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego, Sustentados no Conhecimento, na Inovação e no Empreendedorismo” (que representa 51,0%), cuja implementação se desenvolve no âmbito de 5 departamentos governamentais, designadamente: a Secretaria Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares, Secretaria Regional da Solidariedade Social, Secretaria



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Comissão Permanente de Assuntos Sociais

Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, Secretaria Regional da Educação e Cultura e Secretaria Regional da Saúde.

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Anual Regional para o ano de 2017, referente aos objetivos e programas da área de competência da Comissão Permanente de Assuntos Sociais:

Quadro I

Plano Anual para 2017

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão Permanente de Assuntos Sociais)

| Objetivos / Programas | Investimento Público (€) | Plano (€) | Outros Fundos (€) |
|---|--------------------------|--------------------|--------------------|
| Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades | 170.562.961 | 164.338.961 | 6.224.00 |
| 6. Educação, Cultura e Desporto | 79.015.212 | 75.265.212 | 3.750.000 |
| 7. Juventude | 2.605.200 | 2.231.200 | 374.000 |
| 8. Desenvolvimento do Sistema de Saúde | 24.859.713 | 24.859.713 | |
| 9. Solidariedade Social | 41.479.264 | 39.379.264 | 2.100.000 |
| Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego, Sustentados no Conhecimento, na Inovação e no Empreendedorismo | 395.325.920 | 174.084.018 | 221.241.902 |
| 5. Investigação, Desenvolvimento e Inovação | 14.856.397 | 11.156.397 | 3.700.00 |

CAPÍTULO V

Apreciação na Especialidade

A apresentação sectorial incidiu sobre as audições realizadas pela Comissão aos membros do Governo Regional, tendo por base a exposição efetuada por cada um dos



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Comissão Permanente de Assuntos Sociais

Governantes, assim como a análise dos projetos e ações trazidos a debate pelos deputados regionais.

Apresenta-se igualmente, para os programas e projetos previstos para cada área sectorial, um quadro síntese elucidativo dos investimentos previstos.

Programa 7 – “Juventude”

| Programa / Projeto | Investimento Público (€) | Plano (€) | Outros Fundos (€) |
|---------------------------|---------------------------------|------------------|--------------------------|
| 7. Juventude | 2.605.200 | 2.231.200 | 374.000 |
| 7.1. Juventude | 2.605.200 | 2.231.200 | 374.000 |

Audição do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (SRAPAP):

O Secretário começou a por apresentar aquelas que serão as principais ações do Governo nos próximos quatro anos que são mais empregabilidade, mais qualificação e mais participação cívica. Ou seja, em tudo aquilo que o Governo se associar, e em particular a DRJ, terá de ter um destes pressupostos em conta.

Relativamente às ações no plano temos a mobilidade jovem que tem com principal propulsor o programa Bento de Góis que apoia um conjunto de iniciativas de com base em intercâmbios, em cidadania e voluntariado local e internacional sendo que nesta ação está inserida a promoção do voluntariado local e europeu, o programa Jovens + e o Parlamento dos Jovens e a campanha Antes de Me Discriminares Conhece-me.

Outra ação tem que ver com o Associativismo e o Orçamento Participativo que engloba os vários planos de atividades das associações juvenis da região e o arranque com a construção, promoção e divulgação do próprio orçamento participativo para que já se inicie já em 2018.

Depois há ações de Desporto e Juventude que, em parceria com a Direção Regional da Saúde e a Direção Regional da Educação, apoiarão iniciativas de desporto juvenil não federado.

No que diz respeito às Industrias Culturais e Criativas estão inerentes dois programas o Põe-te em Cena e o LabJovem, em parceria com a Associação Cultural Burra de Milho que visam promover um concurso de ideias e de criatividade jovem na Região



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Permanente de Assuntos Sociais

Incentivo à formação dos jovens onde consta a educação empreendedora que já alcançou 7700 crianças e também, através da parceria com o André Leonardo (que vai ser alterada e melhorada) foram, através do projeto Faz Acontecer, abrangidas 31 escolas e 2700 alunos. Aqui também se insere o concurso regional Ideia Açores e Inspira-te, Aprende e Age de valorização da iniciativa jovem.

Outra ação é o apoio a conferências, fóruns e seminários que visam a promoção da discussão de assuntos inerentes à juventude.

Depois o OTL-J e a ação Entra em Campo apoiando vários campos de férias em todas as ilhas dos Açores.

Depois como outra ação há o observatório da juventude que é intenção rever e intensificar essa parceria, valorizando o próprio centro de empreendedorismo na Universidade dos Açores englobando outras aéreas.

Projeto comunitários também constam com a intenção de potenciar o Erasmus + e o juventude em ação, definindo parcerias com o Conselho Nacional de Juventude e com o IPDJ.

Outras áreas são a mobilidade jovem onde se insere a promoção do cartão Interjovem e as academias de juventude, reservando €150mil numa parceria que existe com a Academia de Juventude da Praia da Vitória, onde existe uma funcionária da DRJ que tem como principal objetivo dinamizar e promover o espaço.

Depois existe o contrato programa com as Pousadas de Juventude e relativamente a construções de infraestruturas a única será a obra de modernização da Pousada de Juventude de Ponta Delgada, que para além de fundos da Região será comparticipada por fundos comunitários em €370mil.

Também está previsto o programa 'Prepara o Teu Regresso a Casa' com a intenção de reformular e inovar, juntamente com os jovens deslocados a estudar fora da região, toda a forma de ação já que no mandato anterior não teve o impacto desejada em alguns casos.

É objetivo desta Secretaria, juntamente com o Observatório da Juventude, e com as organizações de juventude da região estudar e avaliar o impacto que os programas da DRJ tem tido nos jovens, e consequentemente manter ou alterar o já existente procurando que os jovens açorianos sejam parte integrante na definição das políticas para juventude nos Açores.

É intenção também rever o diploma 1828/A já o que o mesmo já tem 10 anos de existência.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Permanente de Assuntos Sociais

De seguida a deputada Graça Silveira questionou o Secretário para quando a pousada de Juventude para o Faial? À qual o Secretário respondeu que não será em 2017.

A deputada Mónica Seidi, de seguida afirma ser positivo que a juventude seja incluída da definição das políticas para a juventude e questiona se o orçamento participativo jovem será financiado pelo Governo da República e se este valor no plano é para a campanha de promoção? À qual o Secretário, em resposta, confirmou ambos os assuntos.

A deputada acrescenta que a mobilidade tem valor mais baixo dos últimos 5 anos e com a importância do programa Bento de Góis, não acha que devia aumentar? Sendo o valor do Turismo Jovem constante desde 2013, que dados tem o governo que faça manter este valor? Também questionou se não acha que há sobreposição de programas, nomeadamente no que se concerne à promoção de indústrias criativas e à parceria com a Academia de Juventude da Praia da Vitória? E também porque a pousada de Ponta Delgada está separado?

Em resposta e relativamente ao programa Bento de Góis, o Secretário referiu que gostaria de orçamentar mais dinheiro, mas está enquadrado com a execução do plano anterior que foram de cerca de 119 mil euros. Relativamente ao Turismo Jovem e de acordo com o realizado em anos anteriores esse tem sido um valor que se tem mostrado suficiente e que tem corrido bem. Quanto à Academia de Juventude, tem sido através de Contrato ARAAL, já que é única na região. Relativamente à separação da Pousada de Juventude de Ponta Delgada tem a ver com separação do que é a participação do Governo das Pousadas e a obra de modernização da Pousada em questão que não avançou em 2016 devido a uma divergência com o Tribunal de Contas, mas é intenção que avance já este ano após o fim da época alta.

O deputado Paulo Estêvão inicia intervenção a dizer que este plano não traz nenhuma novidade. E afirma ser importante dar uma verdadeira dimensão regional à rede de Pousadas. No programa Prepara o Teu Regresso a Casa acha asfixia a diminuição do valor para este programa. E em relação ao Orçamento Participativo Jovem questiona sobre qual será o conceito e em que moldes será promovido junto da juventude?

Em resposta, o Secretário afirma que não está previsto qualquer alargamento da rede de pousadas, sendo objetivo do Governo que a rede existente continue a dar um bom contributo como oferta. Relativamente ao programa Prepara o Teu Regresso a Casa, a verba vai ao encontro da forma como queremos alterar a passagem da mensagem e o valor não pressupõe uma menor importância que o Governo dá ao programa. No Orçamento Participativo Jovem estão em aberto várias formas de implementação do mesmo. Até porque há questões



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Comissão Permanente de Assuntos Sociais

metodológicas e legais que terão de ser tidas em conta. Será projetada esta forma divulgando todo o conceito.

O deputado Jorge Jorge questiona sobre em que medida haverá participação do Governo no programa Erasmus? E em resposta o Secretário informa que tem uma reunião com o Secretário de Estado da Juventude para fazer uma análise profunda do Erasmus + e incluindo o programa Juventude em Ação sendo nossa intenção reforçar a perspetiva do programa.

Em réplica o deputado diz que se notou uma diminuição das possibilidades das escolas dos Açores terem acesso ao programa. E o Secretário diz não ter os números consigo naquele momento, mas regista o alerta.

A deputada Mónica Seidi questiona de que forma serão divididos os €15mil previstos para os projetos comunitários? À qual o Secretário responde que após reunião com o Secretário de Estado da Juventude conta ter mais novidades.

Programa 9 – “Solidariedade Social”

| Programa / Projeto | Investimento Público (€) | Plano (€) | Outros Fundos (€) |
|---|---------------------------------|-------------------|--------------------------|
| 9. Solidariedade Social | 41.479.264 | 39.379.264 | 2.100.000 |
| 9.1 Apoio à Infância e Juventude | 8.481.909 | 8.481.909 | |
| 9.2 Apoio à Família, Comunidade e Serviços | 14.755.855 | 12.655.855 | 2.100.000 |
| 9.3 Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais | 4.196.933 | 4.196.933 | |
| 9.4 Apoio a Idosos | 12.994.116 | 12.995.116 | |
| 9.5 Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza | 1.050.451 | 1.050.451 | |



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Permanente de Assuntos Sociais

Audição do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (SRAPAP) em substituição da Secretária Regional da Solidariedade Social (SRSS):

O Secretário começou por dizer que estão reservados para esta área cerca de 39 milhões de euros sem contabilizar o montante referente à área da habitação posteriormente fazendo referência 5 áreas que são as ações prioritárias definidas para 2017: apoio à infância e juventude, família, comunidades e serviços, apoio aos públicos com necessidades especiais, apoio aos idosos e a igualdade de oportunidades, inclusão social e combate a pobreza. Acrescentando que as ações referentes a este plano estão todas devidamente descritas, sendo que para além de ações existem também infraestruturas, algumas já iniciadas, algumas a iniciar e outras que irão ser lançadas.

Relativamente a linhas orientadoras para 2017 e para os próximos 4 anos destacou a estratégia regional de combate à pobreza e exclusão social estando já a decorrer encontros com os intervenientes no setor para juntos (Governo, partidos políticos e sociedade civil) poderem fazer um balanço do que já foi feito e para que se possa definir as linhas orientadoras de consolidação das matérias implementadas, mas também recriar metodologias e corrigir algo que possa ter corrido menos bem.

Pretende-se também alargar a oferta de equipamentos sociais através do alargamento da rede e da requalificação da existente dando prioridade ao número de vagas disponíveis em creches, em ATL.

O Secretário acrescentou que o Governo manterá o Compamid, o complemento regional de pensão, o complemento regional ao abono de família, ou seja, informando que há uma manutenção de todos os apoios sociais regionais.

Deu também destaque ao plano regional de combate à violência doméstica em seguimento do que tem ocorrido nos últimos anos.

De seguida o deputado Paulo Parece questionou sobre se a verba prevista para a ampliação do lar de idosos de vila do porto, é referente a pagamento de algo ou lançamento da nova fase? Ao que o Secretário respondeu que esta ação se refere à conclusão do pagamento da obra já inaugurada.

A deputada Mónica Seidi questionou sobre qual a percentagem de aumento do complemento regional de pensão. E o Secretário diz que os apoios não serão aumentados, serão sim, pelo menos mantidos. Pediu explicação sobre o valor previsto para a ação 9.2.10 à qual o



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Permanente de Assuntos Sociais

Secretário respondeu que era referente à primeira fase da empreitada. Questionou também sobre se o valor referente à creche de Ponta Delgada, que já vem no plano desde 2015, tem alterações? Ao que o Secretário respondeu que não deverá sofrer alterações do que está inscrito no plano. Também questionou sobre para que serve o valor de €40mil afeto à ação Criação de Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada ao que o Secretário explicou que tendo em conta que o valor referente a esta obra se encontra repartido por anos económicos, esta verba é referente ao pagamento de projeto a elaborar. Por fim a deputada questionou sobre quais os critérios, como pensa o Governo atuar na estratégia de combate a pobreza e em resposta o Secretário diz que há intenção de definir uma estratégia que congregue um balanço sobre o que foi feito, mas também do caminho que pretendemos seguir estando já neste momento na fase de auscultação dos responsáveis do setor sendo a verba destinada a este fim.

De seguida o deputado Paulo Estêvão questionou sobre a verba referente ao serviço de apoio ao domicílio do Corvo ao que o Secretário respondeu que esta obra teve início em abril de 2016 e prevê-se a sua conclusão em julho de 2017, sendo este montante para execução e apetrechamento desta empreitada.

O deputado Jorge Jorge pediu explicação sobre se a comparticipação por utente ao lar de idosos é para manter e em resposta o Secretário esclarece que não está ligado com o plano de investimento, mas que o feedback é positivo apesar de algumas entidades com ações na terceira idade tem tido opiniões contrárias.

A deputada Maria João Carreiro perguntou onde está o valor afeto ao processo de educação parental que o Secretário referiu como sendo protocolado com o ISSA? Está no Plano da SRSS ou na SREC? E em resposta, o Secretário referiu que está inscrito no Projeto 9.5 - Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza, na ação 3 Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de crianças e jovens. Na desagregação da ação consta o Projeto "Educação Parental", cuja entidade executante será o Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Oliveira (42 373 €).

A deputada Mónica Seidi volta a intervir questionando o Secretário sobre o porquê das 4 obras destinadas a apoio à deficiência se destinam a Ponta Delgada e em resposta o Secretário diz que não há critério de área geográfica, referindo que algumas já foram feitas em outros locais e outras ilhas. Também questionando sobre o porquê do Fundo Regional de Ação Social é



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Comissão Permanente de Assuntos Sociais

o valor mais baixo dos últimos 5 anos? Em resposta o Secretário diz que foi o valor definido como o importante para o futuro.

Programa 5 – “Investigação, Desenvolvimento e Inovação”

| Programa / Projeto | Investimento Público (€) | Plano (€) | Outros Fundos (€) |
|---|---------------------------------|-------------------|--------------------------|
| 5. Investigação, Desenvolvimento e Inovação | 14.856.397 | 11.156.397 | 3.700.000 |
| 5.1 Programa de incentivos ao sistema científico e tecnológico dos Açores | 6.755.499 | 3.055.499 | 3.700.000 |
| 5.2 Ações de Valorização e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação | 150.000 | 150.000 | |
| 5.3 Iniciativas, Projetos e Infraestruturas de Base Tecnológica | 925.000 | 925.000 | |
| 5.4 Construção dos Parques de Ciência e Tecnologia | 7.025.898 | 7.025.898 | |

Audição do Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (SRMCT):

O Secretário começou por dizer que este plano terá como base o conhecimento e o reforço do potencial científico na região com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos açorianos. Diz que uma das prioridades será a transferência do tecido científico para o tecido empresarial promovendo áreas de investigação primordiais para a região com dimensão internacional, mantendo o que já existe e reforçando também.

Diz que a política de ciência deste Governo não pode estar distanciada daquilo que foi definido como pilares base já definidos (mar, turismo e agricultura) sendo que parte do investimento tem de estar com estas orientações estratégicas e que são diferenciadoras na nossa região.

Também se debruçou sobre o apoio a criação nos Açores de um Centro Internacional de Investigação, Desenvolvimento e Inovação que envolve o Governo dos Açores e o Governo da República, do designado Air Centre, que engloba áreas como energia e oceano. Dando o



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Permanente de Assuntos Sociais

exemplo da implementação de uma antena da EUROMETSAT em Santa Maria, que comprova a nossa posição geograficamente estratégica.

Referiu também os investimentos nas infraestruturas dos parques de ciência e tecnologia, quer em São Miguel quer na Terceira e o apoio à Universidade dos Açores que tem um papel importante no panorama científico regional e que continua a ser um parceiro fundamental.

Também referiu que esta proposta de plano prevê um investimento da ciência e inovação que totaliza cerca de 63 milhões de euros que totaliza um aumento de 50%, aproveitando fundos europeus.

No que diz respeito ao plano anual para 2017 pretende-se a consolidação do potencial científico e tecnológico regional, a internacionalização da investigação realizada, a transferência do conhecimento para o tecido económico, o reforço da constituição de parcerias de conhecimento e de articulação com entidades do sistema científico regional e o tecido socioeconómico, a promoção da investigação em áreas relevantes para a região (Raiz 3 e Programa Operacional Açores 2020), qualificação dos recursos humanos em ciência e tecnologia através da formação avançada, da divulgação científica especializada e difusão da cultura científica e tecnológica.

Realça também a contratação de doutorados por empresas realçando que o tecido empresarial deve ganhar recursos humanos altamente qualificados nestas áreas para que possam ganhar competências competitivas.

No que se refere aos apoios públicos destaca-se o PRO-SCIENTIA e no que se refere às áreas das tecnologias prossegue-se em 2017 à aposta na consolidação das infraestruturas com base tecnológicas já implantadas nos Açores, nomeadamente aquelas a tem que ver com energia espacial podendo estas atrair serviços tornando-se assim financeiramente mais autónomas. E realça também a continuação do desenvolvimento da agenda digital dos Açores e os parques de ciência NONAGON e TERINOV que tem sido importantes na captação de novas empresas.

O investimento na ciência e tecnologia totaliza para 2017 um total de 14,9 M€ (+ 21%) que se insere no Programa 5 que se estrutura em 4 projetos e 13 ações apresentando-os conforme inscrito no Plano 2017.

De seguida o deputado Luís Rendeiro questionou o Secretário sobre quais são os objetivos temporais e materiais referente às transferências de conhecimento para as empresas? Quantos empregos irá criar? E se já existem projetos? Em resposta o Secretário refere-se ao deficit de incorporação da ciência nas empresas e aos projetos em contexto empresarial



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Permanente de Assuntos Sociais

permitindo que as empresas incorporem o conhecimento. Informa que, neste momento, é impossível quantificar o número de empregos a serem criados e que olhando para o tecido empresarial regional há áreas difíceis de incorporar estas matérias, mas que há investimentos que motivam o aparecimento de empresa novas e que trazem inovações para o mercado como o NONAGON e esperam que tenha sucesso no TERINOV e informa que relativamente à aquacultura e das pescas já existem muitas empresas interessadas.

A deputada Graça Silveira fazendo referência que a ação 5.1.5 pergunta porque é que não tem dotação com um único euro da região para pagamento de bolsas, questiona ainda de que forma se pretende apoiar a internacionalização já que a medida só apoia quem já está a candidatar-se a um projeto Europeu, quando o que é importante é conseguir arranjar formas de que os investigadores dos Açores consigam aceder aos grandes lobbies que acabam por ser os que rem projetos aprovados, como é exemplo do Horizonte 2020? Qual a ação que prevê o pagamento da região a projetos que não sejam nem no âmbito de internacionalização nem com a participação das empresas, às quais ninguém consegue “obrigar”? Referindo-se à ação 5.1.6. pergunta sobre qual é o plano de apoio? E o que fará a região para dar emprego aos pós-doutorados? E também, se a aprovação de bolsas estará dependente da aprovação do projeto, no âmbito da qual o trabalho científico será desenvolvido, como de resto se verificava no passado?

Em resposta o Secretário refere que o financiamento dos projetos está previsto no 5.1.1. Foram aprovados 92 projetos e pretendem lançar novos concursos com projetos puramente de investigação permitindo contratar de recursos humanos. Relativamente à internacionalização e ao H 2020 refere que não há muitas equipas de investigação que consigam entrar nestes consórcios e estão a tentar que estas equipas entrem nestas redes de investigação. Refere que na Horta existem 6 projetos financiados pelo H 2020 que preveem a contratação de bolseiros. Acrescenta que existe um programa próprio para bolsas e prevê abrir mais concursos. Relativamente ao emprego científico refere que este é um problema do mundo inteiro. O modelo de financiamento dos investigadores é complicado e o governo tem o objetivo manter os investigadores seniores nos Açores e esta verba designa-se para fazermos avaliação do sistema científico e de como podemos alterar o modelo de financiamento, permitindo a sua fixação.

Em réplica a deputada Graça Silveira solicita a desagregação da ação 5.1.1 na parte do financiamento aos projetos ao que o Secretário respondeu que este valor é de 880 mil euros sendo acrescida de 30 mil euros.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Permanente de Assuntos Sociais

A deputada Susana Costa pediu explicações sobre os €1.250.000 para a internacionalização da investigação regional. Questionando se isto implica não só apoio à internacionalização de projetos como também candidaturas, articulações, promoções com entidades? E como o Governo pretende operacionalizar?

Em resposta o Secretário informa que este montante é a parte da comparticipação regional das despesas dos projetos INTERREG que permite as entidades poderem concorrer a estes projetos. Estando também aqui a participações nas ERANETS.

O deputado Paulo Estêvão interveio para dizer que não tem dúvidas sobre as prioridades do Governo nesta área, apenas discorda de muitas das opções.

A deputada Bárbara Chaves, interveio referindo-se à criação das estruturas de missão vai integrar e estudar as questões relacionadas com áreas espaciais, incluindo apenas a articulação entre a estação da RAEGE, a estação da ESA, ou se vai também integrar as ações e medidas que são mais vastas ao nível da criação do Air Center? E se a Antena de Perth – esse investimento será em 2017 para iniciar em 2018?

A deputada Sónia Nicolau questionou o Secretário sobre o que os investigadores poderão esperar do plano de emprego científico, sobre qual será o envolvimento da sociedade na agenda digital, e sobre qual será o envolvimento das empresas e da sociedade à abordagem da robótica?

Em respostas o Secretário o respondeu que a estrutura de missão está pensada para dar respostas também ao Air Center e não só às questões espaciais mais particulares já que este centro tem uma forte componente espacial. Informou que todas as infraestruturas para a instalação da antena de Perth serão todas feitas em 2017. Informa que já foram ouvidos alguns investidores e estão a pensar como isto pode ser financiado e poder apresentar à comunidade científica propostas concretas. Relativamente à agenda digital o Secretário informou que se pretende fazer uma remodelação da própria agenda.

A deputada Susana Costa voltou a questionar o Secretário sobre se a aquisição dos terrenos e infraestruturas para descentralização dos parques tecnológicos já esta concluído? Que em resposta o secretário regional afirmou que os terrenos já estão identificados.

Por fim o Deputado Paulo Estêvão interveio para questionar se do ponto de vista da preservação da área marinha, parque natural da ilha do Corvo, que medidas estão previstas, tendo em conta a sua vulnerabilidade? E em resposta o Secretário informou que existe



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Comissão Permanente de Assuntos Sociais

participação em monotorização da parte marítima juntamente com a Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo havendo programas próprios para isso.

Programa 6 – “Educação, Cultura e Desporto”

| Programa / Projeto | Investimento Público (€) | Plano (€) | Outros Fundos (€) |
|---|---------------------------------|-------------------|--------------------------|
| 6. Educação, Cultura e Desporto | 79.015.212 | 75.265.212 | 3.750.000 |
| 6.1 Construções Escolares | 35.813.423 | 34.963.423 | 850.000 |
| 6.2 Equipamentos Escolares | 376.418 | 376.418 | |
| 6.3 Apoio Social | 10.100.000 | 10.100.000 | |
| 6.4 Desenvolvimento do Ensino Profissional e apoio às Instituições de Ensino Privado e Formação | 5.190.000 | 3.390.000 | 1.800.000 |
| 6.5 Tecnologias da Informação | 693.465 | 693.465 | |
| 6.6 Projetos Pedagógicos | 2.676.338 | 2.676.338 | |
| 6.7 Dinamização de Atividades Culturais | 2.743.417 | 2.743.417 | |
| 6.8 Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural | 10.571.547 | 10.571.547 | |
| 6.9 Atividade Física Desportiva | 685.000 | 685.000 | |
| 6.10 Desporto Federado | 7.380.000 | 6.280.000 | 1.100.000 |
| 6.11 Infraestruturas e Equipamentos Desportivos | 2.730.604 | 2.730.604 | |
| 6.12 Iniciativas Transversais às Diferentes Áreas do Desporto | 55.000 | 55.000 | |

Audição do Secretário Regional da Educação e Cultura (SREC):

O senhor SREC iniciou a audição a referir que iria fazer uma explanação sobre o que pretende o governo realizar (no âmbito do Plano) em matéria de: Educação, Cultura e Desporto. Educação: a prioridade é que os cidadãos açorianos se aproximem do nível de habilitações dos cidadãos da União Europeia, referindo a Estratégia 20/20. Referenciou que é com este objetivo que a Região implementou, há mais de um ano, o PROSUCESSO. Referindo que a mesma



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Permanente de Assuntos Sociais

retoma ações e define estratégias futuras, essencialmente no ensino básico e 1.º Ciclo, e diversifica os percursos.

Cultura: as propostas apresentadas movem-se pelo passado, mas também pelo futuro através dos agentes no terreno, trabalhando com diversos departamentos intergovernamentais. Exemplo deste trabalho são: Criação da Rede de Museus dos Açores; Defesa do Património móvel e imóvel, bem como do Património subaquático; Formação/Promoção de Agentes Culturais.

Desporto: o principal objetivo é manter a taxa de participação alta – neste momento é o dobro da nacional – através do fomento da participação em competições, também nas nacionais e internacionais como são os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Quanto ao investimento nesta área em infraestruturas estão a ser concluídas duas obras. Referiu que não está previsto investimento através de fundos comunitários, uma vez que, neste momento são considerados investimentos negativos pela EU. O investimento previsto nos Planos é, portanto, na promoção da participação.

Referenciou ainda que no Plano 2017, na área da sua tutela, há um decréscimo de investimento relativamente ao ano de 2016, porém o mesmo não traduz uma menor aposta. A redução deve-se antes ao facto da conclusão de várias obras de que são exemplo: Escola Gaspar Frutuoso na Ribeira Grande; Escola das Lages do Pico; Biblioteca Pública de Angra do Heroísmo. E que as dotações para este ano são idênticas às do ano 2013 (ano em que se iniciou a última legislatura). Referiu também que se encontram a decorrer várias obras na área da Educação, como: Escola Canto da Maia, em São Miguel, Escola da Calheta, em São Jorge e Escola das Capelas (em fase de concurso), em São Miguel. Também aludiu a um crescimento no âmbito dos Apoios Sociais, bem como nas verbas destinadas à aquisição de equipamentos (tecnológicos) e processos pedagógicos.

A deputada Maria João Carreiro questionou o senhor SREC sobre a manutenção da norma 45 no Orçamento para 2017.

O senhor Secretário respondeu que no entender do Governo Regional não faz sentido que se retire a norma pois há muitos professores que terminam os contratos a 31 de agosto e renovam a 1 de setembro, logo a interrupção de Contrato é mais teórica do que prática. Lembrou que os Governos do PSD na República mantiveram-na sempre.

A deputada Maria João Carreiro apresentou de seguida várias questões: referiu que no Programa 6 do Plano 2017, ponto 6.1.4 – Escola de Rabo de Peixe – a descrição é a mesma que



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Permanente de Assuntos Sociais

constava do Plano 2016. A que se deve? Quanto à Escola dos Arrifes há um decréscimo do valor do investimento entre 2016/2017. A que se destina a verba que está no Orçamento 2017? Quanto à Escola EBI da Horta o valor orçamentado é suficiente para completar o Complexo Desportivo? O ponto 6.2 – Equipamentos Escolares, que tipo de escolas são abrangidas? Programa 6 ponto 6.6 – Projetos Pedagógicos - há um decréscimo em relação ao ano anterior, a que se deve? Em Plenário foi referido que haveria um Programa Regional de promoção do aumento do nível de formação e de habilitações dos pais, qual a Ação do Plano que traduz essa intenção? Ponto 6.6.4 – Sistemas de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias, implementação da matrícula eletrónica - mantém-se nos vários Planos desde 2015, porquê a diferença de valores entre os vários anos? Na área da Cultura que apostas vão ser avalizadas nos conteúdos culturais no âmbito do destino turístico Açores? Que avaliação existe dos dois anos do Arquipélago – Centro de Arte Contemporânea no que respeita ao número de visitantes? Qual a ligação da Cultura à Diáspora e quais as perspetivas de reforço se pretende implementar nesta matéria?

O senhor SREC interveio referindo que: quanto às escolas de Rabo de Peixe, Arrifes e EBI da Horta o que se prevê no Plano não são as edificações para o ano 2017. O que está previsto é a conclusão das escolas EBI Canto da Maia e EBI de Calhetas e a revisão dos projetos para uma intervenção nos anos económicos seguintes. Referiu ainda que se tem mantido uma média de intervenção em duas escolas de cada vez, o que se pretende manter no ano 2017 com o início da intervenção na escola das Capelas. Quanto aos equipamentos escolares a verba é transferida para as escolas que a gerem conforme as suas necessidades, admitindo que as mesmas poderão ser utilizadas para equipamentos informáticos também. Quanto à requalificação de habilitações dos pais há um projeto a ser desenvolvido com o ISSA – integrado no Eixo 3 do PROSUCESSO, designado de “Educação Parental”, citando como exemplo disso é um projeto que está a decorrer na Lagoa – Escola e Família – que tem sido um sucesso e trazido muitos pais à escola e traduzido na diminuição das queixas disciplinares. Quanto ao valor da verba afeta a essa ação, não soube responder. Em relação ao ponto 6.6 a diminuição não decorre do abandono da medida, mas devido à não utilização de fundos comunitário em 2016. Quanto ao sistema de gestão escolar já se encontra na fase da contratualização, daí a diferença de valores, sendo que o mesmo vai permitir uma visão mais global do sistema escolar.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Permanente de Assuntos Sociais

Quanto às questões postas na área da cultura referiu que não tem contabilizado o número de visitantes do Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas, mas que o museu mais visitado da Região é o Museu dos Baleeiros, no Pico. Sendo que os museus dão uma ajuda preciosa na divulgação da cultura dos Açores. Referiu também que o ensino da cultura açoriana nas escolas é muito positivo, fazendo com que sejam os próprios alunos a divulgarem-na junto das suas famílias. Quanto à divulgação da cultura açoriana junto da diáspora aludiu à cooperação existente entre a Direção Regional da Cultura e a Direção Regional das Comunidades. Exemplificou com a Feira do Livro em Porto Alegre, no Brasil.

De seguida interveio o deputado Paulo Estevão que questionou o senhor SREC sobre a necessidade de se fazer um refeitório na escola da ilha do Corvo. Questionou também sobre as verbas previstas para a formação do pessoal docente e não docente que considera deficiente e a respeito da duração do Protocolo que está previsto na medida do ponto 6.8.11 – Execução do Protocolo com a Diocese.

O senhor SREC respondeu que quanto ao protocolo com a diocese não tem informação de quando termina. Quanto ao refeitório vai ao Corvo ver da necessidade junto da comunidade escolar e população. Referiu que no respeitante à formação do pessoal docente e não docente nos últimos dois anos foi feita muita formação e que o próprio PROSUCESSO prevê formação.

A deputada Graça Silveira perguntou: se no ponto 6.8.3 do Programa 6 estão incluídos os catorze elementos arquitetónicos do roteiro de telecomunicações, que fazia parte do espaço museológico dos cabos submarinos, uma vez que a ação desapareceu e criaram uma que contempla apenas a recuperação da *Trinity House*. Se existem alguma verba prevista para a classificação dos dentes de marfim existentes no museu da Horta e para que são os 20 mil euros previstos para a recuperação da lancha Espalamaca. No que diz respeito ao ponto 6.7.8 - Programa de apoio às sociedades recreativas e filarmónicas questionou qual a taxa de execução de 2016, uma vez que para o CDS, autor da iniciativa tem chegado a informação de que a forma como a medida foi regulamentada tem dificultado o pedido de apoio.

O senhor SREC respondeu que quanto à Espalamaca o que está orçamentado é para a conclusão dos trabalhos e que as verbas têm sido transferidas em tranches, que a sua motorização terá de ser feita por privados que estejam eventualmente interessados. Quanto ao espólio dos dentes de marfim referiu que os museus dispõem de verbas para tratarem do seu espólio e que certamente o museu da Horta não deixará de o fazer. Quanto ao museu dos cabos submarinos o mesmo acontecerá quando a *Trinity House* deixar de receber alunos (tem recebido



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Permanente de Assuntos Sociais

alunos enquanto a escola esteve em obras e neste momento alberga os alunos de “O Castelinho”. Quanto aos catorze elementos arquitetónicos do roteiro de telecomunicações é um projeto que o Governo Regional está a desenvolver conjuntamente com a Câmara da Horta. No que diz respeito ao ponto 6.7.8 - Programa de apoio às sociedades recreativas e filarmónicas - do Programa 6 – existe o programa SOREFIL que tem tido muito boa aceitação por parte das filarmónicas, mas que está a trabalhar na alteração de algumas questões de pormenor que melhorem a regulamentação.

O senhor SREC respondeu que quanto à Espalamaca o que está orçamentado é para a conclusão dos trabalhos e que as verbas têm sido transferidas em tranches. Quanto ao espólio dos dentes de marfim referiu que os museus dispõem de verbas para tratarem do seu espólio e que certamente o museu da Horta não deixará de o fazer. Quanto ao museu dos cabos submarinos o mesmo acontecerá quando a *Trinity House* deixar de receber alunos (tem recebido alunos enquanto a escola esteve em obras e neste momento alberga os alunos de “O Castelinho”). Quanto os catorze elementos arquitetónicos do roteiro de telecomunicações é um projeto que o Governo Regional está a desenvolver conjuntamente com a Câmara da Horta. No que diz respeito ao ponto 6.7.8 - Programa de apoio às sociedades recreativas e filarmónicas - do Programa 6 – existe o programa SOREFIL que tem tido muito boa aceitação por parte das filarmónicas.

A deputada Mónica Seidi, afirmando que o desporto é o parente pobre daquela Secretaria, questionou o seguinte: quanto da verba destinada ao desporto é consignada para o desporto adaptado? Quanto é consignado para as Escolinhas do desporto e para a sua fiscalização? Quanto para a formação de agentes desportivos. Para quando a conclusão das obras em São Jorge e em Santa Maria?

O Secretário respondeu que pelo contrário o Plano espelha um acréscimo de verbas em 2017 nas áreas onde se insere o desporto, que a Região esta a fazer um investimento geral no desporto e que são verbas exclusivas da Região, uma vez que a UE decidiu não investir na área. Quanto às obras em São Jorge e em Santa Maria referiu que a primeira terminará em meados deste ano e que a segunda terminará em tempo útil, brevemente. Não tem informação consigo sobre o que está consignado para cada um dos setores referidos pela senhora deputada Mónica Seidi.

A deputada Mónica Seidi também questionou o Secretário sobre o Centro de Alto Rendimento para Atividades Náuticas, na Praia da Vitória, anunciado pelo Dr. Avelino Meneses



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Permanente de Assuntos Sociais

em março de 2016, após reunião do CADAR e sobre as verbas específicas para eventos desportivos, como acontecia anteriormente. Às quais o Secretário respondeu que, em relação ao Centro de Alto Rendimento para Atividades Náuticas, não está previsto e não se sabe para quando e em relação a verbas para eventos não soube responder, mas disse que de certeza elas existiriam, não sabendo especificar onde.

A deputada Sónia Nicolau abordou o Secretário pondo as seguintes questões: desagregando o peso do Apoio Social qual a percentagem para cada vetor. Como se enquadra a educação parental através da EPIS e dos CDISJ. Formação dos professores no âmbito do pessoal docente e não docente. Como se processa a avaliação do Prosucesso. Qual o impacto no sistema educativo regional da matrícula eletrónica. No desporto federado o porquê da diferença da verba entre as ilhas do Corvo e Flores. Porquê a referência no Orçamento aos professores bacharéis.

O senhor SREC respondeu referindo que nos Açores existem ainda oito docentes bacharéis com muitos anos de serviço que usufruem por um índice mais baixo do que docentes contratados em início de carreira que entram pelo índice, ou seja, superior àqueles que já tem vários anos de serviço. Foi com o sentido de se resolver esta desigualdade que se incluiu a previsão no Orçamento para 2017. Quanto à diferença de verbas para o desporto entre as ilhas do Corvo e das Flores disse que é importante deixar duas ideias: primeira: a grande aposta é no desporto para todos, segunda: o desporto federado é apoiado, no entanto é natural que haja diferença de verba entre as ilhas do Corvo e Flores devido à dimensão de cada uma e ao seu número de habitantes. Referiu que a matrícula eletrónica tem a vantagem de se saber em cada momento quantos alunos temos, ou seja, vai sendo sempre atualizado o número de alunos sempre que sai ou entra um aluno no sistema por qualquer motivo. Quanto ao PROSUCESSO referiu que é constituído em três pilares (Conselho Executivo, Comissão Coordenadora e Comissão de Acompanhamento ou Avaliação), dois estão constituídos falta o terceiro, ou seja, a Comissão de Acompanhamento ou Avaliação. Quanto à Educação Parental referiu que o enquadramento da EPIS e dos CDISJ está a ter um desenvolvimento muito positivo na prevenção da violência no âmbito escolar. Quanto à formação do pessoal docente e não docente tem tido resultados muito positivos, está a decorrer de uma forma muito boa. Relativamente à desagregação do peso do Apoio Social: 53% são para o transporte; 28% para os refeitórios e 18% para o restante.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Comissão Permanente de Assuntos Sociais

Por fim a deputada Mónica Seidi pediu ao Secretário que dissesse como que seria gasto o valor referente às Flores, pois de facto era exorbitante atendendo à dimensão da ilha e às ações que constam no desporto federado. Será para atividades desportivas? Formação de agentes não desportivos? Desporto adaptado? Contratação de treinadores qualificados? Centros de treino? Jogos das ilhas? Reuniões do CADAR? Ao que respondeu que certamente não, mas não adiantou nada mais.

Programa 8 – “Saúde”

| Programa / Projeto | Investimento Público (€) | Plano (€) | Outros Fundos (€) |
|--|--------------------------|-------------------|-------------------|
| 8 Desenvolvimento do Sistema de Saúde | 24.859.713 | 24.859.713 | |
| 8.1 Ampliação e Remodelação de Infraestruturas | 1.068.598 | 1.068.598 | |
| 8.2 Beneficiação de Infraestruturas | 3.206.718 | 3.206.718 | |
| 8.3 Parcerias Público Provadas | 11.459.866 | 11.459.866 | |
| 8.4 Apetrechamento e Modernização | 1.601.167 | 1.601.167 | |
| 8.5 Apoios e Acordos | 1.815.664 | 1.815.664 | |
| 8.6 Projetos da Saúde | 3.536.700 | 3.536.700 | |
| 8.7 Formação | 60.000 | 60.000 | |
| 8.8 Tecnologias de informação na Saúde | 2.111.000 | 2.111.000 | |

Audição do Secretário Regional da Saúde (SRS):

O Secretário começou por dizer que o Programa contempla cerca de 25 milhões de euros e se divide em 8 projetos e passou por explicar o que contemplam cada um dos projetos tal como descrito no Plano Regional Anual para 2017.

Referindo-se à empreitada da Construção do Novo Corpo C do Hospital da Horta - 2ª Fase - Centro de Saúde, Empreitada de reorganização dos serviços do Hospital da Horta, na sequência da construção do novo corpo C e construção das infraestruturas para instalação do Centro de Saúde, empreitada de Remodelação e Ampliação da Extensão de Rabo de Peixe que consiste na criação de condições adequadas à prestações de Cuidados de Saúde Primários em Rabo de Peixe aumentando o número de valências e gabinetes. Beneficiação de Infraestruturas das Unidades de



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Permanente de Assuntos Sociais

Saúde de Ilha, COA e Hospitais e obras de melhoramento das condições dos edifícios das Unidades de Saúde da RAA. Destaca para 2017 melhoramentos no edifício do Centro de Saúde da Graciosa, Centro de Saúde do Corvo e casa do Médico e no Hospital da Ilha Terceira. Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores, beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde das Lajes do Pico, beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde da Calheta, beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde das Velas, parcerias Públicas Privadas no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, apetrechamento e Modernização, equipamentos para Unidades de Saúde de Ilha, COA e Hospitais com a aquisição de pequenos equipamentos para Unidades de Saúde da RAA, tendo em vista a renovação do parque de equipamentos básicos de enfermagem e médicos. Equipamentos para Novo Centro de Saúde da Madalena com destaque para um equipamento de Tomografia Computorizada (TAC). Equipamentos para o novo Centro de Saúde de Ponta Delgada, equipamento Gastrenterologia para Hospital de Ponta Delgada.

Relativamente a Apoios e Acordos está aqui patente as redes de cuidados continuados integrados e de saúde mental com protocolos na área dos cuidados continuados integrados e Saúde Mental. Referiu-se aos incentivos à fixação de médicos e também aos projetos na Saúde com a continuação do apoio ao programa de deslocação de doentes, vale de Saúde, Plano Regional da Saúde, operacionalização, monitorização e avaliação do Plano Regional de Saúde. Referiu-se também à Estratégia Regional de Combate às Doenças Crónicas: às Doenças Cérebro cardiovasculares às Doenças Oncológicas, áreas de intervenção na saúde da mulher, infantojuvenil e saúde oral.

Relativamente à Qualidade na Saúde refere-se à implementação de boas práticas no âmbito da prestação de cuidados de saúde com emergência em Saúde Pública e em situação de exceção, implementação da Rede Nacional de Vigilância de Vetores. Elaboração, monitorização e avaliação dos Planos de Emergência Externa das Unidades de Saúde do SRS. Formação em medicina de catástrofe e em planeamento e gestão em situações de exceção. Promoção de estilos de vida saudável e prevenção/tratamento e reinserção dos comportamentos aditivos e dependências, saúde da Mulher, saúde infantojuvenil, promoção da saúde em contexto escolar, doenças infecciosas; prevenção de acidentes e promoção do envelhecimento ativo.

Relativamente à formação informa que se prevê bolsas de estudo, formação e atualização de profissionais de saúde, apoio aos profissionais de saúde na sua formação e atualização de conhecimentos.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Permanente de Assuntos Sociais

Relativamente às tecnologias de informação na Saúde refere que está previsto a implementação de um sistema de informação centralizado de radiologia e a desmaterialização de processos e informatização do SRS.

O deputado Paulo Estêvão questionou sobre a operação de reabilitação da casa do médico no Corvo e o montante previsto para concretizar a obra? Questionou também o Secretário sobre a necessidade de ser criado um mecanismo que permita ativar o direito a aceder a uma 2ª opinião médica na ilha do Corvo, tal como está previsto na lei. Sugeriu a deslocação periódica de um segundo médico. Questionou também sobre até quando a Região terá de pagar a quantia relativa à parceria público-privada relativa ao Hospital da Terceira. Referiu que a verba destinada a promover a fixação de médicos nos Açores é residual e não resolverá coisa nenhuma. Também questionou o Secretário a respeito de existir uma única enfermeira a desempenhar funções na Unidade de Saúde da Ilha do Corvo. Referiu que esta é uma situação que não é compreensível, até porque, em alguns casos em que a mesma se ausentou, a substituição não foi efetuada.

Em resposta o Secretário informou que a parceria público-privada começou em 2012 e tem um prazo de 30 anos havendo este ano uma negociação com o consórcio que poderá reduzir os custos. O Secretário informou da substituição do médico tendo ele próprio abordado o assunto aquando da sua deslocação ao Corvo. Relativamente ao enfermeiro informa pretender implementar uma colaboração estreita entre Unidade de Saúde e a Santa Casa da Misericórdia do Corvo. Relativamente à verba prevista, €118 mil euros serão para a casa do médico e também para a parte de fisioterapia. No que diz respeito ao incentivo financeiro, o Secretário acrescentou que nem com as bolsas os médicos se querem fixar na região e por isso estava a estudar uma solução que não se esgote na componente financeira, por exemplo dias de férias, aumento da capacidade de formação, etc.

A deputada Graça Silva questionou o Secretário sobre quais as diligências para o CIGICA e para o vale de saúde? E sobre quais as alterações presentes sobre as deslocações de especialistas? À qual o Secretário respondeu que tiveram que regulamentar o CIGICA, procurando colaboração com hospitais e Unidades de Saúde. Até 31 de março os hospitais vão propor um plano à tutela. Acrescentou que estando otimizado o bloco pode-se ultrapassar a limitação.

O Secretário acrescentou também que existe um protocolo com a República para que possam vir equipas à região. No que diz respeito à deslocação estão a ser enviadas as listas de



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Permanente de Assuntos Sociais

forma a conjugar com as com as convenções que a Unidade de Saúde fez. Faltava alteração das convenções da legislação de deslocação de médicos.

A deputada Mónica Seidi referindo-se ao mapa 7 do orçamento – despesa global da Saúdaçor – pergunta a diferença entre o montante deste ano e o montante de 2016, no plano 8.2.1 a verba de 1,100 mil euros que tipo de melhoramentos serão feitos no Hospital e no COA. Questionou ainda sobre se a existência de uma verba de 323.366 euros para equipamentos para o novo Centro de Saúde de Ponta Delgada incluía a aquisição de um aparelho de RX, no plano 8.5.1 (rede de cuidados integrados e de saúde mental) quantas camas são destinadas à saúde mental, e a nível de infraestruturas está previsto a integração do Hospital da Misericórdia, em Angra do Heroísmo e como em 2016 estavam inscritos 1.700.000 euros para o RIS - Sistema de Informação de Radiologia e como agora para 2017 volta a estar inscrita uma verba (8.8.1) de 1.611.000 euros para o mesmo sistema. É este ano que vai arrancar?

Em resposta o Secretário disse que relativamente à primeira questão não tinha a informação no momento, mas que posteriormente irá remeter a informação à CAS. Relativamente à segunda pergunta o Secretário informa que são despesas genéricas e que o valor se divide em de 108 mil euros para Ribeira Grande, 300 mil euros Graciosa, 118 mil euros para o Corvo e 300 para o Hospital de Sto. Espírito da Terceira e que relativamente à verba para este Hospital a mesma será para a Farmácia, de forma a cumprir requisitos impostos pelo Infarmed, no que concerne por exemplo a armazenamento/preparação de citotóxicos e outra parte da verba diz respeito ao Arquivo, dizendo ainda que pressionará o Hospital em questão a fazer uma candidatura para que também se faça desmaterialização do Arquivo. Relativamente à terceira pergunta o Secretário refere-se aos 309.811 euros sendo que 220.000 euros são para o TAC e cerca de 86.000 euros para material clínico e administrativo e que não está prevista aquisição do Raio X, sendo uma opção do Governo, devido à proximidade ao Hospital. Relativamente à diálise, não é um custo do Centro de Saúde, mas do Hospital. Há um concurso regional que aguarda visto do tribunal de contas. Relativamente à quarta questão informa que o Sr. Provedor já pediu uma audiência. É uma responsabilidade partilhada pela SRS e pela SRSS. Há possibilidade de investimento através do PO 2020. Os investimentos na SRS e na SRSS, toda a parte das infraestruturas, a UE, solicita um planeamento de necessidades de infraestruturas. Na altura a Santa Casa não apontou esta necessidade, porém adiantou que em 2018 haverá uma reavaliação de infraestruturas. Relativamente à Saúde mental vai-se proceder à regulamentação. Sendo que está a decorrer um trabalho conjunto entre a SRSS e SRS para



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Permanente de Assuntos Sociais

regulamentação da rede. A portaria que regula os Cuidados Continuados aponta para máximo de 225, mas atualmente existem cerca de 180. Há um diferencial de 45 camas, e que parte dessa verba poderá ser para concessão das mesmas. Relativamente ao Hospital das Misericórdias, inicialmente não está prevista, atendendo também ao facto que este é um trabalho conjunto entre Saúde e Solidariedade Social e a mesma não foi sinalizada pela Santa Casa da Misericórdia, mas que há possibilidade de investimento uma vez que em 2018 irá haver uma reavaliação do programa que subsidia esta rede, através do AÇORES 2020, e se for possível e/ou necessário esta infraestrutura poderá ser incluída. Relativamente à última questão o Secretário disse que o valor corresponde ao montante aproximado apresentado pela empresa que ganhou o concurso, e que este ano o projeto ficará concluído, sendo que o valor de 2016 era referente ao valor base do concurso.

A deputada Mónica Seidi pergunta se havia previsões da Unidade Coronária para o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira ao que Secretário respondeu que esta opção depende do próprio Hospital.

A deputada Isabel Quinto – plano 8.6.6 – referiu-se ao estudo da toxicod dependência questionando se já existem prazos e objetivos. Ao que o Secretário responde que tem 1 ano para cumprir o estudo e que quer cumprir o prazo, sendo objetivo fazer o diagnóstico da situação e avaliação. Está a decorrer um estudo nacional que poderá haver uma parte quantitativa alargando a amostra, porém não diminui a margem de erro até pode aumentar e não vamos ganhar erro quanto ao aumento de custo. Referiu ainda que passo seguinte numa abordagem com a Universidade Açores, em reunião informal, procurando uma proposta que vai ao encontro dos objetivos.

CAPÍTULO VI

Parecer

Da análise efetuada pela Comissão de Assuntos Sociais pode concluir-se que a Proposta de Plano Regional Anual para 2017 inscreve, naqueles que são os objetivos, programas, projetos e ações da competência desta Comissão, verbas congruentes com a programação traçada nas Orientações de Médio Prazo 2017-2020, sem prejuízo da atual adaptação ao atual contexto económico e financeiro.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Comissão Permanente de Assuntos Sociais

Constata-se ainda que a Proposta de Plano Regional Anual para 2017 contempla, nas áreas de competência desta Comissão, programas e ações que asseguram a prossecução dos objetivos previstos no Programa do XII Governo Regional, inscrevendo as verbas necessárias à sua execução.

Assim, a Comissão de Assuntos Sociais deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do PS, votos contra do PSD e do PPM e com a abstenção com reserva de posição para plenário do CDS-PP, emitir parecer favorável à aprovação das Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2014, nas áreas da sua competência.

Março de 2017

O Relator

(João Paulo Ávila)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente

(Renata Correia Botelho)